



Ordem dos Advogados do Brasil
Conselho Federal
Brasília - D. F.

Ref.: **Protocolo n. 49.0000.2015.008933-0.**

DESPACHO

Trata-se de consulta dirigida à Comissão Eleitoral Nacional pelo Presidente da Comissão Eleitoral da OAB/Santa Catarina, com a qual indaga:

“É possível que cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção componham a mesma chapa?”

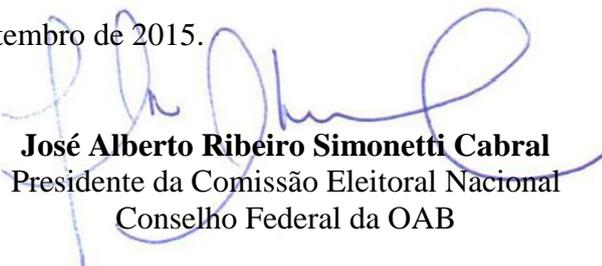
Cabe à Comissão Eleitoral Nacional, de acordo com o art. 2º do Provimento n. 146/2011-CFOAB, oferecer resposta a consultas, especialmente envolvendo matéria de interpretação das regras eleitorais com alcance em todas as unidades da Federação.

Inexiste qualquer vedação nesse sentido no Estatuto da Advocacia e da OAB, bem como na legislação complementar interna da Instituição. Por sua vez, o Provimento n. 84/1996-CFOAB, que “Dispõe sobre o combate ao nepotismo no âmbito da OAB”, tratando da contratação de servidores, não tem aplicação na esfera eleitoral.

Nesse sentido, não estando elencadas as hipóteses em estudo naquelas que determinam a inelegibilidade perante a OAB, como previstas no art. 63, § 2º, da Lei 8.906/1994, nos art. 131, § 5º, e 131-A do Regulamento Geral e nos art. 4º e 5º do Provimento n. 146/2011-CFOAB, e tratando-se de restrição de direito que demanda, em tese, a sua explícita previsão, diante do princípio da reserva legal, torna-se desnecessária a observação supletiva da legislação eleitoral, segundo o comando do art. 137-C, do Regulamento Geral, inexistindo, portanto, vedação para a composição de chapa integrada por “cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção”, no tocante às eleições estaduais que serão realizadas no mês de novembro do ano em curso.

Comunique-se.

Brasília, 10 de setembro de 2015.



José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral
Presidente da Comissão Eleitoral Nacional
Conselho Federal da OAB